



COMUNIDADE DE ZACARIAS: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DE UM MEGA PROJETO IMOBILIÁRIO EM UMA VILA DE PESCADORES ARTESANAIS DE MARICÁ (RJ)

Mériele Karioni Maia

maia.meriele@gmail.com, Licenciada em Turismo - UFRRJ

Marcelle Peres Almeida (coorientadora)

marcelle10peres@hotmail.com . Bacharel em Administração – UFRRJ.
Mestranda em Administração – UFF

Janaina Nascimento Simões de Souza (orientadora)

jananss@yahoo.com.br, Docente UFRRJ.

RESUMO

A presente pesquisa analisou os atores principais nas disputas judiciais que envolvem o turismo, o social, o meio ambiente e a economia, relacionados à Comunidade Pesqueira de Zacarias, com seu potencial para o Turismo de base comunitária e o projeto desenvolvido pelo grupo IDB Brasil para a construção do Resort Fazenda São Bento da Lagoa, localizados no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Diante de tais conflitos, a pesquisa objetivou descrever as propostas do projeto de construção do complexo turístico Fazenda São Bento da Lagoa na Restinga, de Maricá, e as potencialidades da Comunidade Zacarias para o turismo de base comunitária e como os atores sociais envolvidos no conflito se articulam dentro desse litígio socioambiental. Para tal, lançamos mão de algumas ferramentas teóricas que envolveu revisões de documentos e literaturas relacionadas ao projeto de construção do complexo turístico e a Comunidade Zacarias. A fim de alcançar o objetivo proposto, por meio de uma abordagem quantitativa, utilizou-se a plataforma digital Google forms para aplicação de um questionário, que foi respondido entre os dias 08 e 21 de novembro de 2021, respondido por 177 pessoas. Quanto aos resultados encontrados no estudo, os respondentes desta pesquisa se demonstraram estar divididos quanto a possibilidade de se ter um Turismo de Resort na cidade e o alto preço a ser pago quanto as perdas no social e meio ambiente.

Palavras chaves: Comunidade de Zacarias (RJ); Turismo de base comunitária; Turismo de *Resort*; Maricá-RJ.

ABSTRACT

This research analyzed the main actors in legal disputes involving tourism, the social, the environment and the economy, related to the Fishing Community of Zacarias, with its potential for community-based tourism and the project developed by the IDB Brasil group for the construction of the São Bento da Lagoa Farm Resort, located in the municipality of Maricá, in the state of Rio de Janeiro. Faced with such conflicts, the research aimed to describe the proposals for the construction project of the Fazenda São Bento da Lagoa tourist complex in Restinga, in Maricá, and the potential of the Zacarias Community for community-based tourism and how the social actors involved in the conflict become articulate within this socio-environmental litigation. To this end, we used some theoretical tools that involved reviewing documents and literature related to the construction project of the Fazenda São Bento da Lagoa tourist complex in Restinga de Maricá and the Zacarias Community. In order to reach the proposed objective, through a quantitative approach, the Google forms digital platform was used to apply a questionnaire, which was answered between November 8th and 21st, 2021, answered by 177 people. As for the results found in the study, the respondents of this research were shown to be divided on the possibility of having a Resort Tourism in the city and the high price to be paid in terms of social and environmental losses.

Key words: Community of Zacarias (RJ); Community-based tourism; Resort Tourism; Maricá-RJ.



1 INTRODUÇÃO

As atividades turísticas estão sendo implementadas atualmente de forma significativa em comunidades de diferentes estruturas. Esse processo turístico envolve muita percepção social ao lidar com o Turismo de Base Comunitária – TBC ou turismo comunitário. Segundo Fabrino (2013) um fator a ser levado em conta são as especificidades e complexidades encontradas nas comunidades diante das suas realidades locais e forma de se ver inserida nesse processo, cuja participação tem que ter um elemento comum entre todos os participantes da comunidade que exercem a concepção, o desenvolvimento e gestão do turismo (LTDS, 2011).

Entende-se com Turismo Comunitário as várias formas de organização empresarial realizada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, seguindo as práticas de cooperação e equidade na realização dos trabalhos e na distribuição dos benefícios conquistados pela realização dos serviços turísticos (MALDONADO, 2008).

Não existe uma definição ampla do Turismo de Base Comunitária, Fabrino (2013, p. 17) aponta os princípios da atividade sobre uma “perspectiva teórica que apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais”. O Turismo comunitário apresenta em sua característica, segundo Bartholo e Maldonado (2008) o incentivo ao diálogo entre iguais favorecido pelo encontro entre os visitantes que vão em busca de trocas de experiências relacionadas às culturas envolvidas. Existe uma grande mobilização das comunidades que apresentam resistência e questionamentos quanto aos rumos do desenvolvimento turístico nos territórios, são lutas pela posse da terra, luta pelo direito ao uso dos recursos naturais de forma sustentável e luta pelo direito à existência formando uma base com fortalecimento do sentido comunidade (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2008).

Diante de questões de lutas para continuidade como comunidade e sua preservação, as populações ou comunidades tradicionais, foram asseguradas por lei na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – (PNPCT). Embora assegurados pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, muitas comunidades tradicionais são afetadas por decisões externas. Em se tratando das comunidades tradicionais pesqueiras, encontramos uma realidade de violações aos direitos humanos e conflitos ambientais, que foram retratadas no Relatório de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil, referente ao período de 2018 a 2019. Esse relatório foi elaborado e publicado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) que é uma pastoral social, ligada à Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo os autores do relatório desde o ano de 2016, que foi a primeira edição, foram realizados levantamentos em 14 estados do Brasil com cerca de 150 comunidades pesqueiras, sendo identificados vários relatos de injustiça socioambiental que foram provocados por grandes projetos que se instalaram nas regiões, modificando negativamente a realidade socioambiental e cultural das comunidades. Essas ações têm convicência de agentes públicos e privados de forma total ou parcial, causando a mudança do local por parte da comunidade, ou dificultando a permanência dos moradores no seu território tradicional, essa mudança de acesso modifica o modo de vida da comunidade e algumas consequências são a diminuição da quantidade e da diversidade de pescado (BARROS *et al.* 2021).

O relatório do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) aponta a especulação imobiliária e os empreendimentos turísticos como predatórios às comunidades pesqueiras ou populações tradicionais de pescadores, suas ações provocam alterações das praias que são provocadas quando ocorrem mudanças na sedimentação das praias, com ações dos empreendimentos que



realizam assoreamento, alargamento de praia, alterações nas dunas entre outros danos causados no meio ambiente. (BARROS, *et al.* 2021).

Outro documento importante sobre os conflitos e injustiças socioambientais, realizados contra comunidades tradicionais, dá destaque aos conflitos dos pescadores artesanais da APA de Maricá localizada na cidade do Rio de Janeiro, que lutam contra a instalação de um megaprojeto imobiliário Cidade São Bento da Lagoa, também conhecido como Projeto Maraey da empresa espanhola IDB Brasil¹. O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil², apresenta a luta da comunidade de pescadores de Zacarias composta por pescadores artesanais da cidade de Maricá (RJ) contra a especulação imobiliária e a indústria do turismo, que pode causar grandes impactos (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

Conforme descrito no Mapa de Conflitos sobre os impactos socioambientais, ocorre na região, a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, o assoreamento de recurso hídrico, a erosão do solo, a irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, a irregularidade na demarcação de território tradicional. Com a invasão surgem, dano a área protegida ou unidade de conservação, a poluição de recurso hídrico, poluição do solo. Sobre os danos à saúde fica configurado a insegurança alimentar e piora na qualidade de vida. (NEEPES/ENSP/FIOCRUZ, 2014).

A Comunidade do Zacarias é apresentada no Plano de Manejo Integrado das Áreas Naturais Protegidas de Maricá³ [2013 ou 2014] como sendo uma expressão autêntica da Cultura Muxuanga⁴ formada por pescadores artesanais considerada como a mais tradicional comunidade de Maricá-RJ. As suas histórias e tradições são mantidas pelos pescadores, o Plano de Manejo supracitado, ressalta a importância da comunidade que vivem nas margens da lagoa de Maricá e que apresenta um potencial turístico de base comunitária, porém não teriam infraestrutura para receber os visitantes, que apreciariam a culinária e aspectos da cultura Muxuanga, como as canoas construídas com técnicas aprendidas com os indígenas (GEO/PMM, 2014, *online*).

A página oficial do município de Maricá (RJ) descreve a Área de Proteção Ambiental Estadual de Maricá, como uma área de restinga localizada na costa do município, em sua formação encontramos a antiga fazenda São Bento da Lagoa, a Ponta do Fundão e a Ilha Cardosa. Na descrição também aparece a Comunidade pesqueira tradicional de Zacarias, instalada na área desde o século XVIII, indícios de sítios arqueológicos e o complexo de ecossistemas de restinga (PMM, 2020).

¹ A empresa Iniciativas e Desenvolvimento Imobiliário – IDB Brasil Ltda. é uma sociedade de nacionalidade brasileira com capital espanhol, constituída no ano 2006 no Brasil para o desenvolvimento do empreendimento Complexo Turístico e Residencial Fazenda São Bento da Lagoa. Informações extraída do Relatório de Impacto Ambiental da Fazenda São Bento da Lagoa, Maricá – RJ (2011, p.8).

² - NEEPES/ENSP/FIOCRUZ - O Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – (Neepees), ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil- 2014– Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>> - Acesso em 02 de set. 2021.

³ - Plano de Manejo Integrado das Áreas Naturais Protegidas de Maricá - Unidades de Conservação Municipais – <https://geo.marica.rj.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/45fb43ed059b4828aca51be4320ae071/data> - acesso em 02 de set. 2021.

⁴ O muxuango e o mocorongo se encontravam espacialmente divididos, entre a baixada litorânea e as montanhas do nordeste fluminense. O muxuango cuja melanina é rara era encontrado em Gargaú e em São João da Barra. Eram louros vencidos pela luta com o ambiente. Tratava-se do anglo-saxão pirata que, vencido pelos portugueses, fugiu para o sertão pouco se miscigenando com os indígenas. [...] O primeiro que tinha o modo de trabalho “quase idêntico ao do índio: a pesca e a caça nas lagoas, a cultura da ‘mandiba’ e das abóboras, a indústria da farinha, a cerâmica e a cestaria primitivas, a criação e pequena escala” (LAMEGO, 1996, *apud* ARÊAS e ALMEIDA, 2010, p.5).



Embora a Comunidade Pesqueira de Zacarias tenha seu reconhecimento como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Maricá, que apresenta um grande potencial para implementação e desenvolvimento do turismo de base comunitária, sua permanência na APA de Maricá, ainda se deve a ações judiciais favoráveis a Comunidade de Zacarias, a comunidade enfrenta por anos várias disputas pelo seu direito de permanecer no seu local, sem sofrer alterações pelo empreendimento do Projeto Maraey da empresa IDB Brasil Ltda. do grupo Iniciativas e Desenvolvimento Imobiliário – IDB Brasil.

A escolha dos conflitos na Comunidade Pesqueira de Zacarias como objeto de análise se deu, após a observação dos impasses judiciais entre a Comunidade Tradicional Pesqueira e o Projeto da empresa IDB Brasil, que recebeu apoio do poder público municipal e do *trade* turístico quanto a sua construção, mesmo sendo destacado os problemas ambientais e sociais na APA de Maricá-RJ e com os autóctones. Tais lutas judiciais obtiveram muito destaque na mídia, o que resultou em uma mobilização de órgãos ligados aos direitos humanos, como o (NUDEDH) - Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos que se mobilizou em prol da Comunidade Pesqueira de Zacarias. A matéria da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos⁵ – (ANADEP) relata que a comunidade está desde o ano de 2013 no meio de uma disputa de expansão imobiliária na região de Maricá-RJ, informa o pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde a Defensoria Pública argumentou que a comunidade está sob a proteção jurídica da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que se refere a povos indígenas, tribais e comunidades tradicionais (ANADEP, 2019).

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os atores envolvidos nas disputas judiciais, que envolve o turismo, o social, o meio ambiente e a economia, caracterizados pela Comunidade Pesqueira de Zacarias com seu potencial para o Turismo de base comunitária e o projeto desenvolvido pelo grupo IDB Brasil para a construção do *resort* Fazenda São Bento da Lagoa, localizados no município de Maricá – RJ.

A fim de alcançar o objetivo geral, o trabalho possui os seguintes objetivos específicos: a) discutir o interesse no desenvolvimento do turismo de base comunitária na região; b) descrever as propostas do projeto de construção do complexo turístico Fazenda São Bento da Lagoa na Restinga de Maricá; c) descrever as potencialidades da Comunidade Zacarias para o turismo de base comunitária.

O trabalho se justifica pela contribuição do processo de planejamento do turismo na cidade de Maricá numa conjuntura integrada, unificada, participativa, considerando todos os envolvidos no processo de estruturação turística da região. É também um meio de oferecer novos olhares e evidência para as questões de injustiça já denunciadas por órgãos sociais com relação a Comunidade Pesqueira de Zacarias.

A escolha da Comunidade Zacarias como objeto de estudo, ao invés de qualquer outro Patrimônio Cultural e Histórico do município de Maricá – RJ, é pessoal. Surgiu com a minha mudança para a cidade de Maricá no ano de 2017, nesse mesmo período iniciei meu trabalho na Secretária de Obras do Município de Maricá (SOMAR⁶) e tomei conhecimento do projeto desenvolvido pelo grupo IDB Brasil para a construção do *Resort* Fazenda São Bento da Lagoa e os embargos das obras pela justiça. Como estudante do curso de Turismo passei a analisar as causas e os fatores do empreendimento para o turismo local, visto que, a cidade de Maricá

⁵ ANADEP - Decisão proíbe expansão imobiliária em APA de Maricá – 2019 - Disponível em: <https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=41227> – Acesso em: 09 de set. 2021.

⁶ Prefeitura Municipal de Maricá Autarquia de Serviços de Obras do Município de Maricá – SOMAR.



sempre foi conhecida pelo o turismo de praia e sol e que nos últimos anos passou a fomentar e planejar outros segmentos turístico, como o turismo de base comunitária, turismo rural, de aventura, e o turismo gastronômico, toda essa projeção do mercado turístico da cidade e seus ônus e bônus para a município me apresentou a Comunidade Pesqueira de Zacarias, com sua participação na história da cidade e tradição de pescadores artesanais já enraizada na construção de Maricá e os atores envolvidos na disputa judicial em conjunto com outros seguimentos sociais e jurídicos que são os responsáveis aos embargos da construção do Projeto de construção do *Resort*, numa luta por sua permanência no seu local de moradia e preservação Área de Preservação Ambiental (APA) da Restinga de Maricá – RJ.

O motivo do interesse pela temática se amplia à medida que os processos de globalização cultural também se expandem, o que resulta no medo da perda das identidades, das memórias locais, além dos descasos, da indiferença para com os bens tombados, que fazem parte, de alguma forma, da criação da identidade da cidade e da sociedade local. Segundo Santos (2014, p.11) “elementos que compõem os objetos da memória, da história e da geografia do lugar; carregam em si as marcas do tempo e oferecem uma identidade urbana; são testemunhos de todos os processos de transformação que ocorrem na região e cidade”.

Não foi possível realizar uma observação direta em campo na Comunidade Zacarias e na APA da Restinga de Maricá – RJ, o que seria um grande ganho para o presente trabalho, por questões de saúde pública, pois durante a realização deste trabalho havia uma restrição social, quanto à saída de casa para tais atividades, em decorrência da Pandemia Mundial causada pela Covid-19, que mesmo já tendo campanhas de vacinação nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, ainda se faz presente e com riscos, devido a variante do vírus que naquele momento havia também sido identifica na Cidade de Maricá.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Turismo, a Economia e as mudanças Socioambientais

O Turismo é visto como produto ao ser pensado num crescimento econômico e estudos de mercado, mas para ele existir são necessários outros fatores considerados importantes destacados por Silva e Moesch (2016, p.1) “quando tomado como mecanismo de crescimento econômico é concebido como “produto”, na relação oferta-demanda do mercado, desconhecendo a trama sociocultural que o fenômeno turístico enquanto espaço - tempo, fluxo-fixo, envolve”.

Filho (2020) observa ainda que em busca dessa movimentação econômica e de resultados no mercado de bens e serviços, o poder público promove o controle e o planejamento do turismo, que se torna uma ferramenta de reordenação espacial. “Alguns espaços são reordenados a partir de uma funcionalidade comandada pelo turismo. Implantam-se novos equipamentos e infraestruturas voltados a atender à demanda turística” (FILHO, 2020, p.573). Cabe compreender, no entanto, que o turismo realiza a valorização do espaço turístico promovendo ganhos econômicos, investimentos imobiliários, novas infraestruturas de serviços e reordenação do uso do solo urbano. Por outro lado, Filho (2020) alega que “a população autóctone sofre de forma direta com a especulação imobiliária nessas áreas onde o turismo se instala [...]” o autor alega que os moradores das áreas de interesse dos projetos imobiliários passam por um “processo de desterritorialização/reterritorialização, cuja consequência maior é sentida na ocupação de áreas inadequadas na periferia das cidades (FILHO, 2020, p.587).

“A desterritorialização é assim definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos, a bens” (HAESBAERT, 2004, *apud* LAMEIRAS, 2013, p.7). Referente a reterritorialização, no dizer de Lameiras



(2013, p. 8), “o processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização, ou seja, são ciclos que nem sempre se concluem”. A autora segue utilizando a conceituação de Haesbaert (2001), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros” (HAESBAERT, 2004, *apud* LAMEIRAS, 2013, p.8).

Outro termo utilizado para retratarmos a reorganização dos territórios e a Gentrificação⁷, que surgiu há alguns anos no Brasil de acordo com Ribeiro (2018), a sua utilização tem sido aplicada na literatura dos processos urbanos e suas alterações sociais, para a autora que destaca o termo como um fenômeno que é utilizado para explicar os processos baseados em projetos em locais distintos.

há uma percepção de que o termo gentrificação ganhou diversos “sinônimos”, como remoção branca, elitização, enobrecimento, etc., [...] utilizados em debates e textos de forma equiparada à gentrificação, para se referir a um plexo de fenômenos diversos que vão desde as mudanças de frequentadores em determinada localidade até a remoção de moradores para intervenções de embelezamento urbano, sem maiores reflexões sobre os sentidos individuais destas referências e sua adequação à realidade fática a qual pretende-se subsumi-las. Mais que um conceito, a palavra “gentrificação” expressa um processo social, econômico e espacial que vai muito além da saída de moradores ocasionada pelas forças do capital, ou ainda da reforma de espaços físicos na cidade (RIBEIRO, 2018, p.2).

2.2 O Turismo de Base Comunitária

O TBC pode acontecer tanto em comunidades tradicionais como indígena, caiçara, quilombola e com populações localizadas no meio urbano como no caso de algumas favelas, e a característica principal sempre será o protagonismo dessa comunidade no planejamento, na organização e na execução das atividades exercidas por eles, voltadas para o turismo (ICMBIO, 2018).

Em Conti; Lavandoski (2019, p.5) vamos encontrar o seguinte esclarecimento, “Promover um turismo de base comunitária seria não só uma forma de distribuir de maneira mais equitativa os resultados econômicos das atividades turísticas, mas também de promover a autogestão”. Ficando a cargo da população o poder sobre os meios de produção e o território, com essa organização popular o TBC se torna um fenômeno que intercala iniciativas de natureza econômica com foco e característica de movimento social (CONTI; LAVANDOSKI, 2019).

No ano de 2008 do Ministério do Turismo (MTur) lançou edital para apoio a iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil. Tendo como resultante vários projetos financiados para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em diferentes comunidades tradicionais ou não, podendo ser citados o Projeto Bagagem na gestão e articulação da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário⁸ (Turisol), e o Turismo de Base Comunitária na Praia do Aventureiro, realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

⁷ A palavra *gentrification*, incorporada em nosso vocabulário como gentrificação, surge de uma observação feita por Glass do processo de renovação de certas áreas da capital britânica na década de 60 do século XX, com a substituição de moradores mais pobres por outros integrantes de classes mais altas. (RIBEIRO, 2018, p.6).

⁸ A Turisol é a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Ela surgiu em 2003 da articulação de um pequeno grupo de 07 iniciativas de turismo comunitário brasileiras que, com apoio da Embaixada da França no Brasil, participaram do FITS (Fórum Internacional de Turismo Solidário) em Marselha. Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre> - Acesso em: 13 de nov. 2021.



2.3 Povos e Comunidades tradicionais no Brasil e o Turismo

Diante de tantas culturas e riquezas de experiências de vida, na visão de Zaoual (2008, p.4), “Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos”. Cabe compreender, no entanto, que existe uma necessidade de ter um patrimônio cultural ou na terminologia de Zaoual (2008), “um sítio simbólico de referência”, para a existência de um contexto de globalização com uma crise do sentimento nacional, no sentido do desaparecimento sensível da pátria como valor superior. “O sucesso dos patrimônios locais exprime a necessidade de bússolas sociais dos indivíduos e grupos sociais. O sítio cultural faz assim o papel de regulador destas crises: “ele é verdadeiramente o bem comum, a base de uma identidade emocional” (ZAOUL 2008, p.12).

Os povos e comunidades tradicionais são assegurados por leis, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que instituiu no artigo primeiro a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e no artigo segundo à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que foi criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, e suas atribuições de coordenação e implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

Trata-se de povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, geraizeiros e dos fundos de pasto, conforme aponta a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT, 2008)

Sobre as características diferenciadas dos povos e grupos sociais temos uma colocação pertinente, “Cada povo tem sua fisionomia, sua constituição específica, seu direito, sua moral, sua organização econômica que convêm só a ele, e toda generalização é praticamente impossível” (Durkheim, 2007, p. 76).

De acordo com o Art. 2º, as atribuições da PNPCT são a promoção do “desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais[...]” (BRASIL, 2007). Como descrito por Souza (2013, p.50) “observa-se que os objetivos apresentados nesse documento estão diretamente ligados ao tema da identidade, considerando que a PNPCT visa a promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Para a citada autora, outros fatores importantes são assegurados no PNPCT, como o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (SOUZA, 2013). Essa seguridade na prática pode não ser exercida em alguns territórios com alguns dos povos e comunidades, muitos perdem seus direitos territoriais, sua identidade e cultura.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, com coleta documental e bibliográfica, e aplicação de questionário. O questionário foi elaborada utilizando uma plataforma digital por meio da ferramenta Google Forms, no período de 08 de novembro de 2021 até o dia 22 de novembro do mesmo ano, que foi respondido por 174 pessoas, contendo 33 perguntas, sendo 25 questões fechadas, sendo 03 com opções de múltipla escolha e 05 questões abertas.

Os resultados foram tratados de forma descritiva, com agrupamento dos resultados por categoria de assunto para apresentação através de gráficos e descrição dos percentuais apurados, a fim de, obtermos as respostas para as hipóteses apresentadas.

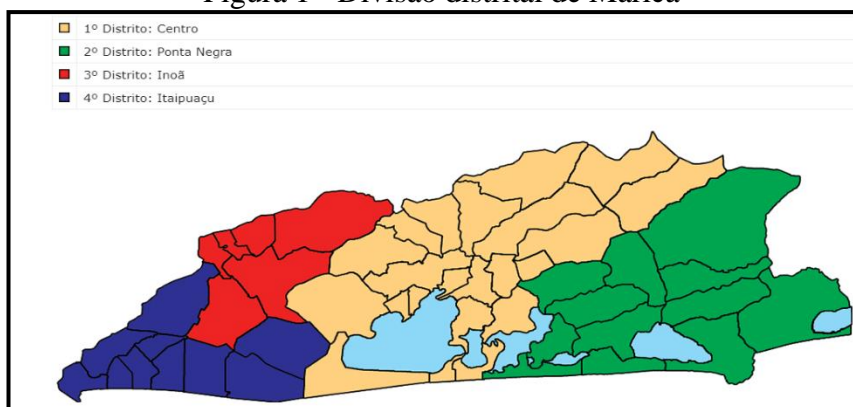
Quanto as limitações do trabalho, destacam-se o corte transversal do estudo que teve em sua pesquisa um único momento da realidade, limitando os resultados ao momento estudado e a amostra pesquisada. Outra limitação encontrada refere-se à pesquisa ter sido restrita a aplicação on-line e com um tempo curto para sua divulgação.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Documental dos Conflitos entre a Comunidade Pesqueira de Zacarias e o Projeto Maraey da empresa IDB Brasil em Maricá (RJ)

De acordo com dados do Censo do IBGE⁹ (2010), Maricá tem uma área territorial de 361,572 km², sua densidade demográfica é de 351,55 hab/km², população é estimada de 167.668 habitantes IBGE (2021). A cidade está dividida em quatro distritos: Maricá (sede), Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu (Figura 1).

Figura 1 - Divisão distrital de Maricá



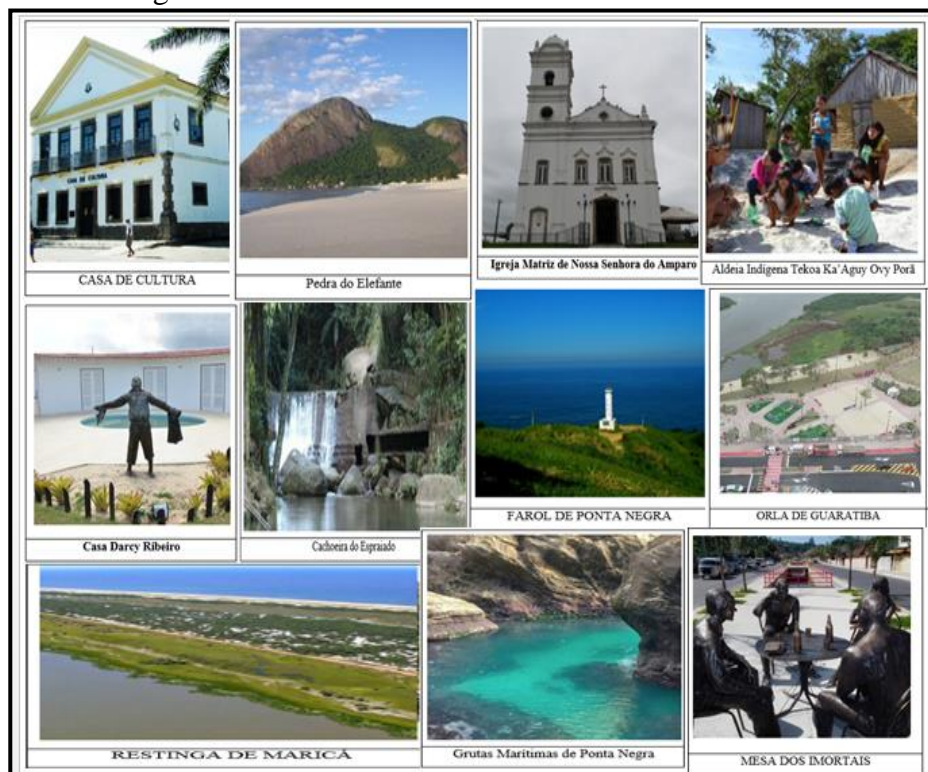
Fonte: PMM (2011)

As características de Maricá vêm se transformando consideravelmente nos últimos anos, principalmente após a duplicação da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) em 2002, quando muitos veranistas fixaram residência no município e novos investidores foram atraídos para o local, estimulando a especulação imobiliária e o crescimento populacional, muitos condôminos de luxo e com características de pequenos sítios foram criados, em especial na RJ-106 que liga Maricá a Itaboraí. (CONTI; LAVANDOSKI, 2019). A cidade de Maricá teve muitas mudanças, se tornou uma cidade com melhorias na saúde, educação, geração de empregos, com investimentos nas infraestruturas da cidade e que aumento suas receitas e tem sido bem empregado pela administração pública.

O tema atrativo turístico da cidade de Maricá (Figura 2), que é considerado um paraíso natural pela Secretária de Turismo da cidade de Maricá, é bem amplo pois apresenta 46 quilômetros de praias, seis lagoas, canais, ilhas e rios, cachoeiras, trilhas, serras, restinga e é rodeada por maciços costeiros. As serras principais são: Calaboca, Mato Grosso onde se localiza o ponto mais alto do município, o Pico da Lagoinha, com 890 metros, Lagarto, Silvado, Espreado e Tiririca, juntando todos esses recursos naturais com uma rica história, Maricá é o cenário para quem procura entretenimento cultural e beleza natural (PMM/STM, 2011).

⁹ IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>

Figura 2 - Mosaico com atrativos turísticos de Maricá



Fonte: Fotos PMM/STM, (2011). Mosaico organizado pelo Autor.

O seu complexo lagunar contempla as lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guarapina, Jacaroá, Araçatiba, Boqueirão e Jaconé, além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu que ligam as lagoas ao mar. Maricá também é conhecida por suas praias oceânicas, dentre as quais se destacam as praias de Jaconé, Ponta Negra e seu canal, Barra de Maricá, do Francês e Itaipuaçu (Figura 3) (CONTI; LAVANDOSKI, 2019).

Figura 3 – Mosaico com as principais praias de Maricá



Fonte: Fotos PMM/STM, (2011). Mosaico organizado pelo Autor.

“A Comunidade Tradicional Pesqueira Zacarias (Foto 3) encontra-se instalada na Restinga de Maricá desde 1797, sendo responsável pela colonização da restinga. De acordo com os relatos, a origem da comunidade se deu a partir do matrimônio de três irmãos com três irmãs” (INEA, 2021, p. 28).

Foto 4 – Localização da Comunidade de Zacarias no ano de 2018.



Fonte: NEPHU - (2018)

O povoamento foi surgindo pouco a pouco, os casais tiveram filhos e, nesse movimento de vizinhança e parentesco, se configurou a comunidade, que tem a sede da Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ) tombada. (INEA, 2021). O povoamento foi surgindo pouco a pouco, os casais tiveram filhos e, nesse movimento de vizinhança e parentesco, se configurou a comunidade, que tem a sede da Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ) tombada. (INEA, 2021). A justificativa dada a esse tombamento, ainda segundo o Projeto de Lei nº 596, de 30 de junho de 2015, encontra-se descrita abaixo:

A comunidade tradicional pesqueira de Zacarias, no Município de Maricá, se encontra em seu território há mais de 200 anos, consoante apontam pesquisas e indícios documentais, ao menos desde o ano de 1797. Conforme levantamento antropológico, o zaqueiro (ou “zacareiro”) encontra sua origem e ancestralidade nas relações familiares e afetivas entre franceses e tupinambás, que deram origem à comunidade pesqueira. Praticam uma arte de pesca singular, a “pesca de galho”, e estruturaram nesses séculos de existência uma relação de respeito e convivência com a fauna e flora locais, incluindo em suas práticas tradicionais a coleta de frutas, plantas medicinais e materiais para artesanato. O território tradicional de Zacarias, apesar de localizado dentro da Área de Proteção Ambiental de Maricá, está ainda à mercê da sucessão de proprietários privados. A especulação imobiliária traz para a comunidade, desde a década de 1940, ameaças de remoção, violência institucional e fragilidade fundiária. Esse cenário já resultou na expulsão de algumas famílias, mas muitas resistiram e permanecem, sendo a marca desta resistência, assim como dos laços de solidariedade comunitários estabelecidos, a fundação da Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ), em 1943. A resistência às reiteradas tentativas de remoção ou de assimilação pela sociedade dominante concedeu a Zacarias a alcunha de “Aldeia dos Irredutíveis”, título que se encontra estampado na entrada da sede da ACCLAPEZ. Em seu interior, é possível encontrarmos notícias de



jornais, documentos e fotos que contam a memória ancestral da comunidade pesqueira e o histórico da luta na defesa de seu território, constituindo acervo de inequívoco valor histórico e cultural para o estado do Rio de Janeiro. Periodicamente, as moradoras e moradores organizados em torno da ACCLAPEZ promovem reuniões comunitárias, atividades para as suas crianças e jovens, bem como diversas festividades, as quais relembram aos zaqueiros e aos seus parceiros a importância da comunidade tradicional para a preservação da restinga de Maricá. Assim sendo, o tombamento da sede da ACCLAPEZ e de seu acervo como patrimônio histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro se mostra necessário para preservar não somente a diversidade e a riqueza da cultura pesqueira fluminense, mas para garantir o definitivo acesso de futuras gerações da comunidade tradicional de Zacarias à sua memória coletiva, à sua identidade, às suas práticas tradicionais culturais e socioeconômicas e ao registro histórico da sua resistência e de seus ancestrais na defesa de seu território tradicional (INEA, 2021, p.29-30).

Muitas ações têm sido realizadas pelo Projeto Maraey na busca de conseguir junto à justiça a liberação da área para dar início a construção do empreendimento, em 09 abril de 2021, novas decisões são favoráveis a Preservação Ambiental da Restinga de Maricá e a Comunidade Tradicional Zacarias.

Foi registrado no documento INEA (2021) a existência de outra associação de pescadores em Zacarias, a Associação de Moradores e Pescadores de Zacarias – AMORPEZ, grupo favorável ao empreendimento da empresa IDB Brasil Ltda. No dizer de Costa (2019, p. 69), “Foi realizado também um evento para a entrega da placa “amigo da pesca” homenageando o diretor executivo da empresa. Essa homenagem foi uma iniciativa da AMORPEZ e da Colônia Z-7 para celebrar a parceria destas com a empresa IDB Brasil”. Costa (2019) alega, ainda, que:

essa associação também é bastante solicitada pelos meios de comunicação local para dá entrevista sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que o empreendimento trará a comunidade. Essas atitudes buscam criar consensos e legitimidade de que esta associação representa os interesses gerais da comunidade sendo favoráveis ao empreendimento (COSTA, 2019, p. 68-69)

Numa dessas entrevistas para o Jornal O Fluminense (2016) citada por Costa (2019) o presidente da AMORPEZ que é favorável ao Projeto Maraey declara:

A pesca não tem mais incentivos, o subsídio municipal do defeso esse ano não vai ser pago. As famílias daqui, na verdade, não conseguem mais sobreviver dessa atividade. Assim, a maioria trabalha no comércio, na prefeitura. O local também não tem serviços nem transporte e o posto de saúde mais próximo fica a 12 quilômetros. Sem falar no problema da venda irregular de terrenos. Nós precisamos justamente do que esse empreendimento vai oferecer, saneamento, infraestrutura e principalmente empregos (fala do presidente da AMORPEZ ao Jornal O Fluminense, 2016, *apud* COSTA 2019, p. 69).

Costa (2019) utiliza-se da argumentação de negativas para as questões judiciais as duas associações de pescadores não estarem concordando de forma unanime, as declarações e ações a favor do Projeto Maraey não são bem-vistas pelos pescadores da comunidade que, afirmam que esta associação, se referindo a AMORPEZ, tem por objetivo criar uma falsa impressão de concordância da comunidade com o megaempreendimento imobiliário e gerar notícias midiáticas positivas para a empresa e o projeto. Registros mostram que embora exista alguns pescadores e moradores que defendam a construção do projeto, muitos outros se envolveram nas questões judiciais e mobilização a favor da Comunidade Zacarias como mostra a foto com um abraço coletivo (Foto 4) que simbolizou um abraço a causa.



O Projeto de Extensão Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária em Maricá/RJ de nome “Raízes e Vivências em Maricá”, por exemplo, iniciou seu trabalho na região em 31 de março de 2017 e seu objetivo era apoiar o TBC no município e o fortalecimento de uma rede de Ecosol, o projeto contou com a coordenação de Prof^a. Dr^a Bruna Ranção Conti que em conjunto com Joice Lavandoski, que escreveu em 2019 o artigo “Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá-RJ”. O Projeto Turismo de Base - Raízes e Vivências em Maricá foi apresentado a secretários¹⁰ e foi notícia na página da PMM no dia 01 de abril de 2017 com os seus propósitos descritos como: “destacar os atrativos naturais, fomentar a culinária, o turismo indígena, a agricultura familiar, o artesanato e a pesca.

O projeto de Turismo Comunitário, elaborado pela prefeitura em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio) e a Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Rio, foi apresentado na manhã desta sexta-feira (31/03), às demais secretarias envolvidas na execução do projeto. No dia 21/03, a Secretaria de Economia Solidária de Maricá assinou um Termo de Cooperação com a Escola de Turismo da instituição para desenvolver a promoção do turismo de base no município, com foco em Economia Solidária. O ponto principal é destacar os atrativos naturais e fomentar a culinária, o turismo das aldeias indígenas, a agricultura familiar, o artesanato e a pesca artesanal de forma sustentável (PMM, 2017, online)

Foto 1 - Abraço coletivo na Associação de Pescadores de Zacarias



Fonte: (Movimento Pró-restinga, 2015, apud Costa 2019).

No parecer técnico que emitiu a Licença de Instalação (LI) para o início das obras do Projeto Maraey (Figura 6) apresentam dados e informações sobre o projeto, indicando o início do projeto e sua estrutura. Em INEA (2021) vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

Em 04/04/2015, o empreendedor obteve a Deliberação CECA / CLF n° 5.840, outorgando a Licença Prévia (LP) n° IN030651, assinada em 21/05/2015, em que aprova a viabilidade ambiental do projeto MARAEY RIO DE JANEIRO, como empreendimento imobiliário denominado Complexo Turístico-Residencial Fazenda de São Bento da Lagoa, atual fazenda Maraey, composto de um centro empresarial e comercial, dois shopping centers, quatro hotéis, edificações unifamiliares e multifamiliares, escola primária e secundária, creches, hospital, clínicas, templos

¹⁰ Fonte: <https://www.marica.rj.gov.br/2017/04/01/projeto-turismo-de-base-apresentado-a-secretarios/> - Acesso em: 28 de nov.2021.



religiosos e áreas esportivas, clubes, campo de golfe de 18 buracos e um centro hípico internacional, com suas respectivas obras de infraestruturas e de urbanização, com 555.861,19m² de ocupação do solo. O empreendimento tem por objetivo ofertar infraestrutura urbana incluindo arruamentos pavimentados; redes de águas pluviais; esgotos sanitários; abastecimento de água; tratamento de esgotos sanitários; iluminação pública; comunicações; e serviços qualificados em habitação, turismo e vivência comunitária, sendo que o plano de ocupação foi incorporado aos instrumentos municipais de ordenamento territorial, através da Lei Municipal n° 2331, de maio de 2010, que estabeleceu o Plano Diretor Setorial da Área da Restinga de Maricá. Segundo informações do projeto, será mantida área preservada de 80% dentro do perímetro da APA Maricá, sendo que uma parcela desta, correspondente a aproximadamente 52% da área do imóvel será destinada para a criação de uma Unidade de Conservação na categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, nas áreas da ZPVS e ZCVS com a construção de um Centro de Referência Ambiental (CRA) (INEA 2021, p.3).

Sobre os prazos da obra encontramos as seguintes informações no documento do INEA (2021, p. 4), “As obras para implantação de todo o empreendimento estão planejadas em três fases com duração prevista de 12 anos e estima-se que em plena ocupação a área tenha uma população de 36.705 habitantes”. O empreendedor segue fazendo projeções referente a população fixa e flutuante, “Nesse cenário, tal ocupação será alcançada por volta do ano de 2025 e nele inclui-se a população fixa (residente) e flutuante (empregados e trabalhadores não residentes)” (*Idem*, 2021, p. 4).

Os empreendedores são um grupo de empresários portugueses e espanhóis que tem uma filial aqui no Brasil chamada, Instituto de Desenvolvimento Brasileiro (IDB), que são os atuais proprietários da área, e prevê um investimento segundo o projeto estimado na ordem de US\$ 4 bilhões, sendo R\$ 320 milhões investidos em água e esgoto. O empreendimento imobiliário e turístico é do tipo resort (DOMINGUES, 2010). O projeto também prevê ações destinadas à consolidação e ao melhoramento urbano da comunidade tradicional de Zacarias (Figura 5), que incluem a cessão da porção da propriedade correspondente à ZOC¹¹ E para que se promova a regularização fundiária dos imóveis dos pescadores, bem como a realização de melhorias voltadas à urbanização e ao saneamento da área (INEA, 2021).

No Relatório de Impacto Ambiental - (RIMA, 2011, p. 98) “encontramos na área da Fazenda São Bento da Lagoa, em relação à sua ocupação, verificam-se diferentes atividades humanas”. Com relação a Comunidade Zacarias encontramos a seguinte proposta por parte da IDB Brasil.

A consolidação territorial da comunidade de Zacarias (circunscrita a ZOC-E e que corresponde a 144.401,68 m²) se dará através da transferência da titularidade além dos direitos de uso e ocupação dos respectivos lotes pelos atuais moradores. A IDB Brasil fará seu devido desmembramento e, com a interveniência da Prefeitura de Maricá, fará a cessão definitiva da titularidade da terra aos atuais ocupantes. Mediante tal procedimento, o empreendimento não incluirá esta porção do terreno dentro de seus limites. Existem algumas ocupações da comunidade de Zacarias fora dos limites da ZOC-E, e nesses casos o empreendedor propõe duas alternativas: (1) pagamento de indenização justa; ou (2) construção e entrega de uma nova unidade dentro da área demarcada pelo Plano de Manejo como comunidade de Zacarias. Os ocupantes também receberão o título de propriedade correspondente. O empreendedor fará investimentos destinados a implantar infraestrutura no núcleo urbano de Zacarias,

¹¹ Zoneamento Estabelecido no Plano de Manejo da APA de Maricá: ZOC - Zonas de Ocupação Controlada - Áreas que apresentam certo nível de degradação ambiental e menores possibilidades de preservação, fornecendo condições favoráveis à expansão moderada de áreas urbanas. Fonte: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2011)

representando avanços estruturais para aquela comunidade. Além disto, o projeto está propondo outros benefícios diretos, dentre os quais:

- Equipamentos de apoio para a pesca;
- Cursos de qualificação e desenvolvimento de aptidão para o novo mercado de trabalho gerado pelo empreendimento;
- Novas instalações de lazer e esportes e
- Aumento das oportunidades de trabalho e da oferta de serviços. (RIMA, 2011, p. 21).

Figura 5 - Projeto Maraey



Fonte: Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - 2011

4.2 Análise as Percepções dos Respondentes

A pesquisa ao todo teve 174 participantes, referente ao local de moradia dos respondentes, obtivemos 96 respostas, identificados como: 69,8 % são residentes de Maricá, 11,5% residem em Niterói, 6,3 % em São Gonçalo, seguidos do Rio de Janeiro 6,3%, entre os respondentes tivemos ainda moradores de Rio Bonito, Nova Iguaçu, Araruama, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Saquarema, cada um representando (1%). Perguntados aos respondentes se eles conhecem Maricá? Obtivemos 114 respostas, com os seguintes resultados: 92,1% responderam que “Sim” e 7,9% responderam que “Não” conhecem a cidade. Em relação ao nascimento e moradia dos respondentes e seu perfil quanto a cidade de Maricá, obtivemos 100 respostas com: 44,8% não nasceu mas mora em Maricá, 20,8% não nasceu, não mora, não tem casa, mas visita Maricá, 17,7% nasceu e mora em Maricá e 4,2% não nasceu, não mora em Maricá mas tem casa de veraneio ou para alugar em Maricá

No que diz respeito ao gênero, obtivemos 91 respostas, 49,5% dos respondentes eram do sexo feminino e 49,5% do sexo masculino. Em relação à faixa-etária, 23,2 % da amostra possui entre 50 e 59 anos, seguido do grupo que está entre 30 e 39 anos 22,1%, o grupo que possuem entre 25 a 29 anos 16,8%, já os correspondentes entre 40 e 49 anos representam 14,7%, seguido do grupo daqueles que possuem entre 60 anos ou mais (14,7%), o grupo que possuem entre 18 a 24 anos 6,3% e por último o grupo que possuem 15 a 17 anos 2,1%. No que concerne o nível de escolaridade, obtivemos 84 respondentes com, 79,8% têm o ensino superior



completo, o que significa mais da metade da amostra, 14,3% têm ensino médio. Perguntados aos respondentes se eles estudam em Maricá, tivemos 82 respostas, 86,6% disseram que “Não” e 13,4% responderam que “Sim”.

Quanto a profissão dos respondentes, obtivemos 97 respostas, as que se destacaram foram: 29,8% educadores, 5,2% engenheiros, 3,1% advogado, 2,1% jornalistas e estudantes com a mesma porcentagem. Perguntados se eles trabalham na cidade de Maricá, 59,5% respondentes informaram que “Sim” e 40,5% responderam que “Não”.

Ao questionar os respondentes sobre seu interesse em relação ao turismo em Maricá-RJ, obtivemos 80 respostas, 71,3% dos respondentes afirmaram seu interesse pelo turismo de Praia e Sol, 35% pelo turismo Cultural, 30% optaram pelo turismo de Aventura, 26,3% pelo turismo de Negócios e 13,8 % pelo turismo de *Resort*, conforme podemos observar no gráfico

Em relação aos atrativos turísticos de Maricá –RJ já visitados, os respondentes apontaram 92,5% as Praias, 67,5% o Farol de Ponta Negra e mirante, 61,3% a Igreja Matriz de N. S. do Amparo, 47,5% a Cachoeira de Espriado, 36,3% a Gruta de Ponta Negra, 23,8 % o Mercado das Artes, 17,5% a Cachoeira Pico de Lagoinha, 16,3% Casa Darcy Ribeiro, 13,8 a Aldeia Indígena da Mata Verde Bonita, 12,5% a Gruta Spa e 11,3% a Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ).

No que diz respeito a informações sobre populações tradicionais, foi perguntado na pesquisa sobre o conhecimento do é uma população tradicional, obtivemos 82 respostas, 76,9% afirmaram que “Sim” e 23,1% “Não”. Quando perguntados aos respondentes se eles conhecem alguma comunidade de pescadores de Maricá, 81 pessoas responderam, 54,3% “Não” conhecem e 45,7% informaram ter conhecimento de comunidade de pescadores em Maricá. Perguntado aos respondentes se conhecem algum pescador artesanal de Maricá? 59,3% responderam que “Não” e 40,7% que “Sim”. Sobre o conhecimento referente aos pescadores artesanais, a pergunta foi: “você sabia que pescadores artesanais são populações tradicionais?” Obtivemos o seguinte resultado, 70% responderam ter conhecimento e 30 % informou não saber.

A pergunta, “você sabia que as comunidades tradicionais no Brasil possuem direito ao território onde vivem?” Recebeu 80 respostas, 66,3% pessoas informaram saber dos direitos ao território e 33,8% informaram não ter conhecimento sobre o fato. Sobre o conhecimento do respondente ter ouvido falar da Comunidade Zacarias de Maricá, 64,6% informaram já terem ouvido falar da Comunidade Zacarias e 35,4% “Não” ouviu falar. Com relação a pergunta, “você sabia que a Comunidade Pesqueira de Zacarias tem seu reconhecimento como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Maricá?” Os 100 respondentes para essa questão informaram, 52% Não saber que a Comunidade Pesqueira Zacarias é um Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Maricá e 48% informou saber do seu reconhecimento como Patrimônio.

A questão da permanência da Comunidade de Pescadores de Zacarias na área de Proteção Ambiental (APA) foi tratada com a pergunta, “os moradores da Comunidade de Pescadores de Zacarias vivem em uma área de Proteção Ambiental (APA), e permanecem no local através de direito garantido judicialmente. Com relação a Área de Proteção Ambiental, você acredita: ” as repostas foram: 39,5% consideraram que a presença desta comunidade de pescadores artesanais impacta de forma sustentável o ambiente, 25,9% consideraram que a presença desta comunidade de pescadores artesanais não impacta o ambiente, 24,7% não souberam avaliar e 9,9% acreditam que a presença desta comunidade de pescadores artesanais impacta de forma prejudicial o ambiente.

Aos respondentes foi perguntado se já vistoraram a Comunidade de Zacarias em Maricá? 74,1% respondeu que “Não” e 25,9% que “Sim”. Aos respondentes que não visitaram, foi



perguntado se teriam interesse em visitar a Comunidade de Zacarias, 67,1% responderam que Sim e 32,9% Não tem interesse de visitar.

Para pergunta, “Caso tenha visitado ou tenha interesse em visitar a Comunidade Zacarias, qual a motivação para isso? Caso contrário, escrever “Não visitei e não tenho interesse”, obtivemos 34,4% a cultura como motivação para conhecer a Comunidade de Zacarias e 16,4% a resposta “Não visitei e não tenho interesse”.

Ao questionar os respondentes quanto o seu conhecimento do Turismo de Base Comunitária com a pergunta, “O turismo impulsiona a Economia local através de diferentes formas. Você conhece o chamado Turismo de Base Comunitária? Quando a atividade turística é exercida pela própria população local, que gerencia o turismo, e a renda fica para os próprios moradores. Você já participou deste tipo de turismo? ”. Obtivemos 80 respostas e tivemos os seguintes resultados, 50% não mas tenho interesse, 22,5% sim fora de Maricá, 17,5 % não e não tenho interesse e 10% sim, inclusive em Maricá.

Quanto ao sentimento de inclusão no turismo de base comunitária, utilizamos a seguinte pergunta, “Você se sente incluído no Turismo de Base Comunitária da população de Zacarias? ”. Dos 80 respondentes obtivemos o seguinte resultado, 86,3% “Não” se sente incluído no TBC, 11,3% responderam que “Sim” e 1,2% informaram não conhecer o TBC. Ao questionar os respondentes quanto o seu conhecimento do Projeto Maraey - Resort Fazenda São Bento da Lagoa em Maricá – RJ, 57% responderam que “Não” conhecem o projeto e 43% que “Sim” já sabem ou conhecem o projeto.

A questão da construção do Projeto do Resort Maraey da empresa IDB Brasil na área de Proteção Ambiental (APA), foi tratada com a pergunta: “O Projeto do Resort Maraey da empresa IDB Brasil será realizado na mesma Área de Proteção Ambiental (APA) onde está localizada a Comunidade de Pescadores de Zacarias. Com relação a Área de Proteção Ambiental, você acredita:”, as respostas foram, 40% acham que a presença deste Resort impactará de forma prejudicial o ambiente, 30% não sabem avaliar, 23,7% acham que a presença deste Resort impactará de forma sustentável o ambiente e 6,3% acham que a presença deste Resort não impacta o ambiente.

Os respondentes foram perguntados, “Como você avalia a construção de um mega projeto imobiliário como o Resort Fazenda São Bento da Lagoa para a cidade de Maricá-RJ?”, obtivemos as seguintes respostas, 30,4% acham ótimo, 21,5% acham ruim, 16,5% acham bom, 15,2% acham regular e 13,9% não sabem avaliar, 1,3% responderam que havendo preservação do meio ambiente é bom para a cidade e 1,3% se é área de proteção ambiental não se deve construir no local. Os respondentes ao serem perguntados se eles se sentem incluído no Turismo de Resort? Responderam que “Não” 74,7% e “Sim” 25,3%.

Os respondentes foram perguntados sobre a retirada de populações locais com o Turismo de *Resort* dessa foram: “O Turismo de Resort impulsiona a Economia local. Historicamente no Brasil, há vários exemplos de Construções de Resorts e retirada das populações locais da região que viviam. O que acontece neste cenário? Marque as 3 opções que mais estão de acordo com o que acredita:”. Obtivemos as seguintes respostas, 50% acham que isso acaba levando as populações nativas (autóctones) para regiões periféricas (aumento por exemplo de favelização), 50% acham que há o aumento de problemas socioambientais, 42,3% acreditam que há o aumento de trabalho e renda, 41% acreditam que há um enriquecimento da economia local, 37,2 % acham que trabalham para o Resort, 28,2% acreditam que há um empobrecimento das populações autóctones, 14,1% acreditam que vão para outras cidades, 12,8% acham que há o aumento da escolaridade local e 2,6% acreditam que há a diminuição de problemas socioambientais.



Referente a pergunta “Você acredita que a população de Zacarias deveria sair para a Construção do Resort?”, obtivemos 79 respostas como os seguintes resultados, 73,4% responderam que “Não”, 20,3% não souberam opinar e 6,3% acham que “Sim”.

Com relação a pergunta, “Caso a comunidade de Zacarias saia deste local, o que acredita que acontecerá com ela?”, destacamos algumas respostas para compor o quadro com as projeções do que poderá acontecer de forma positiva e negativa no ponto de vista dos respondentes, com a Comunidade de Pecarodres de Zacarias se ela tiver que sair do seu local de moradia. Finalizamos a pesquisa com essa pergunta: “Com relação à imagem e paisagem, compare o Resort com uma comunidade de Pescadores:”, 44,4% acham que *resorts* deixam a paisagem mais bonita, isso desperta mais o interesse no turismo, 28,4% Não souberam comparar e 27,2% acham que vila de Pescadores deixam a paisagem mais bonita, isso desperta mais o interesse no turismo.

Essa caracterização do espaço e comparação com a beleza apontada pelos respondentes se enquadra no conceito de gentrificação exposto por Ribeiro (2018) que aponta a gentrificação como as dinâmicas territoriais populares e suas relações entre capitalismo e espaço urbano. Para o citado autor, “Nesta “gentrificação de espaços públicos”, ocorre uma filtragem social, via de regra com protagonismo do Estado.” (RIBEIRO, 2018, p.9).

As alterações dos espaços públicos em busca de uma beleza comercial ou um produto turístico se encaixam numa gentrificação apresentada como atualizada por Ribeiros (2018), com novos parceiros e interesses econômicos e sociais, de acordo com o autor:

Muitas vezes as alterações nos espaços públicos que iniciam ou consolidam os processos de gentrificação se relacionam com o interesse na alteração do gradiente de valorização do entorno, em consonância com as duvidosas parcerias entre o público e o privado características deste início de século. Apesar das peculiaridades, estes processos foram incluídos em um conceito estendido de gentrificação pela substituição de grupos sociais frequentadores destes espaços. (RIBEIRO, 2018, p.9)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou uma análise voltada para a apresentação dos atores sociais envolvidos nos empasses que já se configuram como conflituosos entre duas partes: a Comunidade Tradicional de Pescadores de Zacarias, com potencial já iniciado e projetado para o Turismo de Base Comunitária - TBC e a empresa IDB Brasil responsável pelo Projeto Maraey, com projeto pronto, com Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA apresentados e amplamente divulgados pela mídia e os órgãos de fiscalização e liberação das obras, só aguardando a esperada licença de instalação para construção, um Turismo de *Resort*, muito aguardado por alguns e rejeitado por outros.

A partir da análise dos dados e documentos para entendimento do conflito e seus importantes atores envolvidos, buscamos investigar outras impressões sobre essa questão, através de uma pesquisa elaborada pela plataforma digital por meio da ferramenta Google Forms. A pesquisa apontou que existem impressões positivas sobre ambos os envolvidos no conflito, ao mesmo tempo que os respondentes dizem não terem muitas informações sobre o projeto, eles buscam se identificar com a imagem do progresso e crescimento econômico que a cidade Maricá teria com a construção do Projeto Maraey, eles não se veem como parte desse turismo de *resort*, eles conseguem vislumbrar positividade para a imagem da cidade, mas não se incluem como parte desse megaprojeto do *resort*. Fazendo uma similitude com a



Comunidade de Pescadores de Zacarias, os respondentes também não se sentem incluídos no turismo de base comunitária da comunidade em questão, porém não desejam a sua saída e imaginam projeções negativas as famílias, caso ocorra a mudança do seu local de moradia, sendo solidários a sua permanência na região.

A pesquisa, apontou também que os respondentes sabem direcionar a responsabilidade dos agentes principais para gerir junto com a comunidade de Zacarias os interesses das comunidades locais e interesses do empreendimento. Ficou claro na pesquisa a falta de conhecimento dos respondentes quanto a representatividade da Comunidade Zacarias quanto Patrimônio Histórico-cultural, sua seguridade por lei no Brasil e sua importância para a história da cidade de Maricá. A falta de identidade e afinidade com a cultura dos pescadores tradicionais residentes na Comunidade Zacarias ficou nítida na pesquisa, se observou que nem tudo está perdido quanto a continuidade da cultura deles, pois evidenciou-se muito interesse por parte dos respondentes em conhecer a cultura da comunidade.

Utilizamos algumas ferramentas teóricas de Conti e Lavandoski (2019) que apresentou as duas modalidades de turismo em questão, consideradas como os caminhos para o desenvolvimento turístico de Maricá na visão das autoras. O fato é que sua condição de turismo com seus atrativos ligados ao segmento sol e praia e a cidade fazendo parte da região turística da Costa do Sol, sempre ficará evidenciado para os maricaense essa relação do turismo que prioriza as praias e seus atrativos no município.

Novas tendências e atividades vem sendo planejadas pelo município que já deslumbra outros segmentos e vem investindo em cursos, congressos e festivais, numa busca de fomentar o turismo na região, que podemos perceber ser de empenho do poder público e privado, novos segmentos e investimentos sempre são bem-vindos para as cidades, em Maricá não seria diferente.

O trabalho apresentou uma necessidade urgente de ações e mobilizações de aporte educacional e social voltados para os segmentos turísticos já existente e em projeção futura pelo poder público e setor privado. A existência de interesses econômicos na implementação de projetos turísticos não pode ser destacada e priorizada, deixando em segundo plano outros potenciais turísticos já existentes e de igual valor para a cidade, o poder público deve ser imparcial e justo. Existe uma necessidade de clareza nos projetos e suas implicações a cidade, as informações corretas são necessárias para se realizar qualquer projeto turístico, ficou claro na pesquisa a falta de conhecimento dos respondentes quanto aos dois tipos de projetos turísticos.

Mesmo sendo recente o modelo de TBC na cidade de Maricá, sentimos falta de dados e continuidade do projeto, essa lacuna pode ter ocorrido com a mudança de gestão do município. Isso foi percebido na falta de informação dos respondentes quanto ao tema TBC, sendo necessário e indicado ações para maiores esclarecimentos sobre a importância do turismo de base comunitária para as comunidades da região.

Em se tratando do Projeto Maraey, devido aos anos de luta judicial em busca das licenças para início do projeto, cabe uma revisão dos estudos de EIA/RIMA e campanha de comunicação social mais efetiva para esclarecimentos a população, um projeto de grande porte como esse dever ser pautado na transparência quanto aos seus bônus e ônus a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, Mats. **Beyond neopositivists, romantics, and localists**: a reflective approach to interviews in organizational research. *Academy of Management Review*, v. 28, nº 1, p.13-33, 2003.



ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - RJ: **Decisão proíbe expansão imobiliária em APA de Maricá** – 2019 - Disponível em:
<https://anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=41227> – Acesso em: 09 de set. 2021.

ANTONIO, M., R., L. – **Sociedade, Natureza e Áreas Protegidas: mapeando controvérsias nas areias de Maricá** – Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói – 2020.

ARÊAS, A. B. M.; ALMEIDA, R. P. - **Formação Cultural do Norte do Rio de Janeiro: Influência Indígena e Portuguesa** – 2010.

BANDUCCI, A. JR. – **Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar**. In: BANDUCCI JR., Margarida Barreto (orgs.) - **Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BARROS, M. O.; SILVA, S. C.; GRANERO, A. E.; FILHO, H. B. - **O Desenvolvimento do Turismo: Uma visão sistêmica** - Visão Sistêmica do desenvolvimento turístico local e regional - Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca- Disponível em: Uni-FACEF – 2008.
<http://www.unirio.br/proreitoria/deextensaoecultura/cch/escoladeturismologia/pasta-virtuais-de-docentes/joice-lavandoski/planejamento-e-organizacao-em-turismo-pot/Barros%20et%20al.%202008.pdf>- Acesso em 11 de ago. 2021.

BARROS, S.; M. A.; G. E. B. - **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**: Ed. - Olinda, PE: Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), 2021.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. - **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras – Ed. Letra e Imagem- 2008 – Disponível em:
http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf – Acesso em 07 de out. 2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - **Turismo de base comunitária em unidades de conservação Federal** – Brasília/DF: ICMBIO – MMA, 2019.

BRASIL. Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, p. 316, 08 fev. de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm - Acesso em: 07 de out. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. (2003) **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília/DF: MTur.

CIMOS/MPMG - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – **Cartilha de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2012** – Disponível em: www.mpmg.mp.br – Acesso em: 15 de nov. 2021.

CONTI, B. R.; LAVANDOSKI, J. - **Caminhos para o desenvolvimento turístico em Maricá, RJ Caderno Virtual de Turismo**, vol. 19, núm. 1, 2019 - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115459473002>

COSTA, S. M. S. – **Conflito Socioambiental no Município de Maricá (RJ): O Caso da Comunidade de Pescadores de Zacarias e o Projeto Complexo Turístico-residencial Fazenda São Bento da Lagoa** - 127 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CRUZ, R. C. A. **Políticas públicas de turismo no ...** Geosul, v.20, n.40, 2005

DOMINGUES, R. **Projeto de recategorização da Área de Proteção Ambiental de Maricá** - RJ. Pós-Graduação em Licenciamento Ambiental, Centro Universitário de Barra Mansa, RJ. 104p. 2010.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 165p. 2007.

FABRINO, N. H. - **Turismo de Base Comunitária: dos Conceitos às Práticas e das Práticas aos Conceitos** - 185 p.: il. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FILHO, J. M. - **Espaço, Economia e Turismo** - Geosaberes: revista de estudos Geoeducacionais, 2020, vol. 11, issn: 2178-0463 – Universidade Federal do Ceará, Brasil. 2020.



FIOCRUZ/IFF - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/index.php/8-noticias/782-variante-delta> Acesso em: 10 de set. 2021.

GEO/ PMM - Plano de Manejo Integrado das Áreas Naturais Protegidas de Maricá - Unidades de Conservação Municipais - 2 0 1 4 - 2 0 2 3 – Disponível em:
<https://geo.marica.rj.gov.br/portal/sharing/rest/content/items/45fb43ed059b4828aca51be4320ae071/data> - Acesso 02 de set. 2021

GOOGLE WORKSPACE – Disponível em: https://support.google.com/a/users/answer/9302965?hl=pt-BR&ref_topic=9296604 – Acesso em: 20 de out. 2021.

IDB BRASIL LTDA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA**. Disponível em:
<http://www.idbbrasil.com.br/rima-idb.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2021.

INEA - **Parecer Técnico de Licença de Instalação** - PRES/COOEAM 26/2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. - **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAMEIRAS, A. A. - **Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego. Ensaio metodológico**. Dissertação de Mestrado – 2013.

LOUREIRO, D. S. - **Avaliação do Conflito Sócio-Ambiental na APA da Restinga de Maricá-RJ**- Associação dos Geógrafos Brasileiros - Porto Alegre /RS - 2010.

LTDS, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.

MALDONADO, C. - **O Turismo Rural Comunitário na América Latina** – Ed. Letra e Imagem - 2008 – Disponível em:
http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf – Acesso em 07 de out. 2021.

MPRJ - MINISTERIO PUBLICO DO RIO DE JANEIRO - Suspensão De Liminar e de Sentença -Nº 2.528 - RJ (2019/0161955-6) - Documento: 124701574 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 17/11/2021 – Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/sls_2528_acordao_agravante_mprj.pdf - Acesso em: 25 de nov. 2021.

MTur. Ministério do Turismo - **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: módulo operacional 7**. Brasília – DF, 2007.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ - O Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – (Neepes), ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - **O Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil- 2014** – Disponível em:
<<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>> - Acesso em 02 de set. 2021.

NEPHU - Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos é um órgão da Universidade Federal Fluminense (UFF). Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/mapeando-comunidades/comunidades-de-outros-municipios/zacarias/> - Acesso em: 10 de dez. 2021.

NUDEDH - Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – Disponível em:
<https://defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDEDH> – Acesso em: 09 de set. 2021.

O ECO – Jornal – Disponível em: <https://oeco.org.br/quem-somos/> - Acesso em: 18 de nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - (PMM) - **Secretária de Turismo de Maricá** -Disponível em:
<https://www.conhecamarica.com.br/> - Acesso em: 19 de nov. 2021.

PROJETO BAGAGEM – Disponível em: <https://projctobagagem.org/site/pt/> - Acesso em: 14 de nov. 2021.

RIBEIRO, T. F. - Gentrificação: Aspectos Conceituais e Práticos de sua Verificação no Brasil – vol. 10, nº 3. ISSN 2317-7721 - DOI: 10.12957/rdc.2018.31328 – 2018.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Fazenda São Bento da Lagoa, Maricá – RJ – 2011

SANTOS, J. P. - **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**. Vitória. 2014.



SILVA, C. L. M.; MOESCH, M. M. - **Abordagens empíricas da concepção de Turismo e suas implicações nas políticas públicas** – Associação Nacional de Pesquisa e pós-graduação em Turismo (ANPTUR) – Anais do Seminário, 2016. – Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/577.pdf> - acesso em: 11 de out. 2021.

SKÖLDBERG, Kaj. Reflexive methodology: new vistas for qualitative research. London: Sage, 2000.

SOUZA, J. N. S. D. **Identidade e representação: os moradores da praia do Aventureiro – Ilha Grande - RJ** /– Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 396 f.; il. 2013.

SOUZA, T. R. - **Lazer e Turismo: Reflexões Sobre Suas Interfaces** – tese de mestrado pela Universidade Federal de Minas Gerais - Artigo publicado pela VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2010.

TRENTIN, F. – **Políticas de Turismo no Brasil – Tomada de Decisão e a Análise das Estruturas de Governanças nos Destinos Indutores de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.** 2014.

TURISOL – Histórico – Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre> - Acesso em: 13 de nov. 2021.

VELLOSO, A. D'A. **Populações Tradicionais e Turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente** – Monografia – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.

VERGARA, S. C. – **Métodos de Pesquisa em Administração** – São Paulo: Atlas, 2005.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** - Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 8, nº 2, p. 1-14, 2008.